autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 13 de maio de 2026

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito boa tarde a todos. Tudo bem? Boa tarde. É isso. É muito importante vocês participarem.

E hoje é mais um dia que escolhemos para que possamos dar a palavra à população, que é uma população que representa a maioria. E nós, com certeza, abrimos espaço com todo o carinho na Comissão de Saúde, Promoção, Social, Trabalho e Mulher, diante da 6ª Audiência Pública de 2026.

Peço que os Vereadores registrem as suas presenças com áudio e vídeo. E quero anunciar a presença da Vereadora Simone Ganem e da Vereadora Ely Teruel. Quero agradecer a participação de vocês.

Declaro, então, abertos os trabalhos da 6ª Audiência Pública deste ano, que a Comissão de Saúde, Promoção, Social, Trabalho e Mulher realiza hoje, dia 13 de maio de 2026. Esta audiência pública foi convocada para a continuidade da discussão sobre as cartilhas padronizadas relativas ao Serviço Funerário, conforme Requerimento nº 10/2026, de minha autoria, aprovado no dia 6 de maio de 2026.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 8 de maio.

As inscrições para as participações do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no dia 7 de maio, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que deseja se manifestar deve se inscrever com a Secretaria de Comissão.

Eu vou abrir, mas como hoje pretendo finalizar esta audiência pública, porque já estamos na terceira, em respeito à própria população, mesmo que não tenha havido tempo hábil para ouvirmos todos. Então, vou abrir três minutos a partir de agora, 13:40h, até às 13:43h, para fazer a inscrição ali com a Secretaria, para que possamos dar tempo a todos e que possamos também ouvir a SP Regula, que hoje está aqui. Os inscritos terão até três minutos também para se manifestar. Então, agradeço.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: João Manoel da Costa Neto, Diretor-Presidente da SP Regula; Gilson da Costa, Superintendente da SP Regula; Danielle Cristina de Lima, Gerente de Serviços Funerários e Cemiteriais.

Quero, inclusive, convidá-los para compor a nossa Mesa, por favor, para que possamos já dar início. E, antes de darmos início – eu não quero tomar o tempo, para que possamos finalizar hoje com todo o carinho –, eu só gostaria de citar aqui que, nesta Comissão, nós estaremos também fazendo todo o trabalho, mas antes eu quero falar de um tema que afeta muita gente, que é a fibromialgia.

E ontem tivemos uma data que foi – não vamos falar de comemoração – o que chamamos de lembrete e também de carinho por essas pessoas que sofrem tanto. Então, dia 12 de maio foi o Dia de Conscientização da Fibromialgia. E este mês é o mês roxo, dedicado a dar mais visibilidade a essa síndrome que, silenciosamente, afeta cerca de seis milhões de brasileiros que convivem com a fibromialgia, aproximadamente 3% da população.

E olha que curioso: entre 70 e 90% dos diagnósticos, Vereadora, ocorrem em mulheres, principalmente entre 30 e 55 anos. E a proporção é de sete mulheres para um homem com o diagnóstico de fibromialgia. Ou seja, nós mulheres precisamos fazer os nossos exames preventivos. E eu cito sempre porque a prevenção é saúde e vida.

Bom, *on-line*, não temos nenhum inscrito. Eu gostaria de chamar as pessoas que ficaram pendentes da semana passada, dia 29 de abril, e que foi por esse motivo que criamos esta terceira audiência, para que também possamos esclarecer.

Então, convido a Sra. Vanessa Stoner a compor aqui o microfone para fazer a sua pergunta em três minutos. Ela está? Não.

Chamo o Sr. Celso Vitor. Também não está?

Kaic Daniel. Também não está. Aurea Lima. Também não veio. E Glauco Pereira dos Santos. Está? Por favor, seja bem-vindo.

Esses foram os que ficaram pendentes da semana passada. Cinco pessoas.

Três minutos, por favor. Fique à vontade.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

O SR. GLAUCO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Vereadora Ely Teruel, Presidente da Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Trabalho na Casa. Sou assessor parlamentar do Vereador Hélio Rodrigues e desde que o Vereador assumiu, primeiro como suplente e Vereador e depois eleito como titular, temos atuado com muito afinco nessa questão do Serviço Funerário, da concessão dos serviços cemiteriais.

Então, desde o princípio, o Vereador vem recebendo e atendendo questões que envolvem os problemas decorrentes da concessão desse serviço.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Só ressaltando que as inscrições estão encerradas. Obrigada.

O SR. GLAUCO PEREIRA DOS SANTOS – E dentre as principais denúncias que recebemos – vou ser breve, porque o tempo é curto, mas poderíamos falar bastante – vou me ater a cinco pontos. O primeiro deles diz respeito a cobranças abusivas e dificuldades para garantir o sepultamento gratuito. Recebemos muitas denúncias nesse sentido – denúncias, diga-se, que dizem respeito às concessionárias. Cobranças abusivas de dificuldades impostas pelas concessionárias do serviço público.

Uma outra questão também, que atinge a população, diz respeito mais à organização desse serviço público, e não tanto às concessionárias. Refiro-me à limitação da gratuidade, uma vez que são poucos os cemitérios que aceitam essa modalidade. São apenas quatro cemitérios, o que dificulta, em muitas situações, principalmente para a população mais pobre do município, devido à dificuldade que se tem de fazer o deslocamento dos bairros onde as pessoas moram, muitas vezes no fundão, para ir até algum cemitério onde o sepultamento possa ser feito com gratuidade, em respeito à lei.

Uma outra leva de denúncias, vamos dizer assim, que recebemos diz respeito aos cemitérios mais antigos da cidade de São Paulo, que são cemitérios muito importantes também, do ponto de vista histórico, e que sofrem com abandono, com a destruição do patrimônio. Existe toda uma questão, que é importante também do ponto de vista urbanístico e histórico, que diz

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

respeito, por exemplo, às obras de arte que existem nesses cemitérios mais antigos, como o da Consolação, Araçá e outros.

Uma outra questão que achamos também que é bastante preocupante é a questão de serviços. E aqui necessitaria de uma apuração mais detalhada sobre serviços sem emissão de nota fiscal, o que abre espaço para uma série de irregularidades, inclusive de fuga de receita para a Prefeitura, uma vez que a SP Regula também recebe recursos. Uma porcentagem dos recursos das receitas acessórias das concessionárias vai para o cofre da SP Regula, que é um órgão público da cidade de São Paulo, importante para a fiscalização.

E, aí, chegamos ao último ponto, que é exatamente, acho, o calcanhar da administração, isto é, a baixa capacidade de fiscalização, o que já foi reconhecido pelo Ministro Flávio Dino, na ADPF que foi ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil. Então, essa questão da fiscalização nós também vemos com bastante preocupação.

E, por último, não posso deixar de falar que é necessário que a cartilha tenha, de modo muito claro, a tabela de preços, de modo legível, em linguagem simples, para a população saber o que ela tem que comprar, o que ela pode comprar, para não ser lesada na prestação desse serviço público essencial.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Agradeço. Eu gostaria, e peço a gentileza, porque entrou quase cinco minutos de fala. Eu acho que é importante, mas vamos respeitar para que todos consigam falar. E focar também que o assunto desta audiência pública é sobre cartilha.

Muito obrigada.

Eu gostaria de chamar Luana Bife. Por favor, Sra. Luana. Obrigada. Pode correr o tempo.

A SRA. LUANA BIFE – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa. Eu acho que esta é uma audiência de muitas audiências que nós vamos precisar. Tudo bem que o assunto direto aqui é a cartilha e o que a gente tem é um panfleto. O colega que me antecedeu, acho que discorreu muito bem sobre os problemas. E os problemas são inúmeros, que a gente precisa

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

dizer. Inclusive desse material que é incompleto, diferente da determinação do Ministro Flávio Dino.

Mas eu queria falar também das condições dos cemitérios. E, como esta Casa é a Casa do Povo, eu quero fazer um convite aos Vereadores desta Casa para que visitem os cemitérios. O Cachoeirinha dá nojo, sujeira. O único banheiro para acesso a deficiente está quebrado e fechado. Eu estive lá duas semanas atrás e esta semana eu estive no cemitério do Lajeado, cujas condições são horríveis.

Mas eu quero pegar um ponto aqui que é a questão da gratuidade. E isso tem a ver com o panfleto. São apenas quatro cemitérios. Sabe o que significa para uma família não poder enterrar o seu ente querido no cemitério onde seus outros familiares estão sepultados? E ele ter que enterrar no outro lado da cidade? É sobre isso. É sobre condições, é sobre preços, é sobre tabela, é sobre o mercado que virou. E isso tem a ver com as condições sobre as quais a gente vem recebendo denúncias diariamente.

Mas eu também quero falar aqui de uma situação, que são as condições dos trabalhadores que têm que fiscalizar as concessionárias da SP Regula. As denúncias também chegam para nós, no Sindsep e nos mandatos. Situação essa que tem colocado os trabalhadores lá na ponta sem condições de trabalho para fiscalizar a concessão e a situação dos cemitérios.

Há falta de EPI. Eu não sei se alguém aqui já acompanhou a exumação de um corpo. Eu já. O EPI é fundamental para esse trabalho.

E tem uma situação que ainda piora, e, aí, eu faço um apelo aqui ao João. João, direito de organização sindical está previsto na Constituição. Então precisa receber o sindicato, João, numa mesa de negociação para discutir, inclusive, as necessidades para que esses trabalhadores exerçam, na sua plenitude, a sua função lá na ponta. Tem que reconhecer o direito de organização sindical e sentar com o sindicato, receber o sindicato para discutir essas necessidades. Porque quem fiscaliza para não chegar na situação do cemitério Cachoeirinha?

É horrível, Vereadora, a situação de uma família chegar num cemitério num momento de dor e o espaço estar sujo, malcuidado, sem zeladoria, com o banheiro quebrado... Eu tenho

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

as fotos, eu estive lá duas semanas atrás, num momento em que essa família precisa ser acolhida e cuidada com todo o respeito.

Então, inúmeras são as situações e eu acho que esta audiência pública precisa se desdobrar em mais audiências para a gente discutir como a precarização não só do trabalho, mas das condições ofertadas pelas concessionárias, tem levado a população de São Paulo a pagar mais caro por um serviço que deveria continuar a ser gratuito.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Luana. Gostaria de convidar o Sr. Gilmar Nunes, construtor do cemitério Araçá. E já fica Priscila Pereira como sequência.

Três minutos, por gentileza. Obrigada.

O SR. GILMAR NUNES DE SOUZA – Boa tarde a todos. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Meu nome é Gilmar, sou empreiteiro no cemitério do Araçá há 18 anos. E uma questão que eu quero trazer aqui em público é a questão de taxas que estão sendo cobradas para fazer a reforma de um jazigo.

Quando era do Serviço Funerário, eu pagava em média 200 reais, no máximo, para fazer uma pequena reforma. Hoje eles estão cobrando um valor que chega praticamente a 2.400,00 reais para fazer a reforma de uma troca de revestimento, como se fosse a construção de uma edificação, e não muda nada. Tanto faz você construir um túmulo do zero ou fazer a troca de um revestimento, você vai gastar, e a família vai gastar, em média, 2.400,00 reais só de taxa. Porque o engenheiro cobra em média 1.000,00, 1.200,00 reais para fazer uma planta, chega até 1.500,00. E a taxa de liberação do alvará que a SP Regula está cobrando é de 1.097,00 reais.

Então, fica difícil para a família. Às vezes eu passo um orçamento para a família e ela fala: “Olha, essa taxa eu não consigo pagar”. E acaba desistindo de fazer uma reforma, de fazer uma benfeitoria para o próprio cemitério e para todos que frequentam.

Outra coisa é a questão da dificuldade para a família conseguir fazer uma reforma, porque o pai é o concessionário e faleceu, o filho tem o direito automaticamente de cuidar do

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

jazigo, que é uma herança que ficou para ele. Só que, para o filho conseguir isso, agora impõem que ele precise nomear um representante e precise de todas as certidões de óbito de todos os falecidos. Outra coisa: tem que pegar a assinatura de todos os que estão vivos para poder nomear uma pessoa para fazer uma benfeitoria no cemitério.

A maioria das famílias está até desistindo por causa dessa condição. Não tem lógica uma coisa dessa. Eu acredito que, se a pessoa é filha do concessionário, automaticamente tem o direito de pegar a certidão de óbito do pai ou da mãe e dar entrada em uma administração provisória para poder continuar ali cuidando e zelando do seu jazigo.

Essa é a minha reclamação.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sr. Gilmar.

Próxima, Priscila Pereira.

A SRA. PRISCILA PEREIRA – Eu vou ceder a minha fala para um trabalhador, porque a fala dele precede.

O SR. EUCLIDES MENDES – Boa tarde, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Só um minutinho, por gentileza. Um minutinho, por gentileza. Qual o nome do senhor?

O SR. EUCLIDES MENDES – Euclides Mendes.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – O senhor não tinha feito a inscrição, correto?

O SR. EUCLIDES MENDES – Ela está cedendo a vaga dela para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu vou ver se é regimental. Só um momentinho. Por gentileza. Senhor?

O SR. EUCLIDES MENDES – Euclides. Eu vou falar sobre a situação de uma família que aconteceu hoje no Maya.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sr. Euclides, nós abrimos aqui o momento de fazer a inscrição, porém nós não teremos condição de fazer a troca, porque seria, imagina, guardar a fila, enfim. Por esse motivo, então, eu peço que a Sra. Priscila volte para fazer a sua

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

fala. E eu gostaria que o senhor pudesse, se quiser, mandar por escrito para nós.

O SR. EUCLIDES MENDES – Eu vou mandar, porque é novamente algo que aconteceu no Maya, obrigando a família a contratar serviços que não existiam.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Mas deixe-a falar e, se sobrar tempo, faço questão que o senhor fale. Por gentileza, porque tivemos a possibilidade de abrir mais audiências, pois havia pessoas pendentes. E fiz questão de dar essa oportunidade às pessoas que tinham pendência de fala na nossa audiência e às pessoas inscritas. Como o senhor não se inscreveu, vou dar prioridade à Priscila.

Obrigada.

A SRA. PRISCILA PEREIRA – Boa tarde a todos os Vereadores, aos munícipes que nos assistem e aos demais presentes. Meu nome é Priscila. Sou Enfermeira do Trabalho, atuo na Secretaria da Saúde e estou dirigente sindical do Sindsep.

Pedi este momento de fala justamente para garantirmos a discussão das questões da saúde dos trabalhadores, que estão expostos a condições difíceis, principalmente às condições de trabalho que envolvem os EPIs, tema que já foi mencionado pela Luana. O uso dos EPIs é de extrema importância por conta da questão da contaminação.

Também é importante lembrar da violência sofrida por esses trabalhadores, com esse êxodo de serem movimentados para locais onde não têm oportunidade de serem treinados adequadamente para assumir novas funções. Essa questão permanece como uma violência contra os trabalhadores, porque acabam afastados ou sendo preteridos, em vez de assumirem novas funções e serem recolocados adequadamente. Então, pedimos que isso seja verificado por esta Comissão.

Vou ceder meu tempo de fala para que a família possa falar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Priscila.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Senhor, nós combinamos outra coisa: que ela

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

teria o tempo de fala dela e, caso todos os inscritos conseguissem falar, eu encaixaria o senhor. Mas a Priscila ainda tem mais dois minutos de fala.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – *Ok*. Então, vamos abrir uma exceção para o Sr. Euclides. Tem a palavra. Só peço que se mantenha nos três minutos, por gentileza.

O SR. EUCLIDES MENDES – Boa tarde. Vai ser rápido.

Hoje, a colega Vânia foi exumar a sua mãe no Cemitério Maya. Disseram que ela era obrigada a contratar um novo caixão, porque o corpo não estava decomposto. Então, cobraram da família o valor de 1.760 reais referente a aluguel de três anos, taxa de gaveta e um novo caixão.

Como o corpo estava semi-intacto, deveria ter sido mantido no mesmo local. Porém, disseram que isso era obrigatório devido a uma norma do Conama. Temos o *print* da tela ali, que ela depois mostrou aos servidores.

Então, estamos discutindo tabela, mas todo santo dia as famílias estão sendo exploradas nas funerárias particulares, nas concessionárias. Uma coisa são as taxas; isto já é estelionato. Isto é maldade, crueldade: fazer com que uma família retire o corpo para cobrar 730 reais a mais. Isso, na minha opinião, tem de ser apurado pela Comissão.

Mandei ontem uma denúncia daquelas ações por três anos, da quadra geral, e agora vou mandar outra. E toda semana, todo dia em que houver audiência pública, vou mandar uma denúncia do Maya, porque é assim que atuam as funerárias. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sr. Euclides, você enviou essa denúncia para quem? Para a Comissão?

O SR. EUCLIDES MENDES – Essa denúncia foi para a Comissão, mas não é sobre o tempo de exumação. Quero deixar bem claro isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sim, mas o senhor enviou? Só para eu entender, porque ainda não chegou às minhas mãos. O senhor enviou hoje por *e-mail*?

O SR. EUCLIDES MENDES – Ontem, por *e-mail*, para a Comissão. E recebi a

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

confirmação.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – *Ok*. Estão me confirmando aqui.

O SR. EUCLIDES MENDES – Foram três taxas cobradas. Gente, estou deixando bem claro: uma coisa são as tabelas; outra coisa são os valores colocados na tabela. Então, eles pegam a tabela e, no caso dela, por exemplo, cobraram caixão.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu entendi. Obrigada, Sr. Euclides.

Gostaria de ouvir agora a Sra. Sheila. Tem a palavra.

A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA – Boa tarde a todas e todos. Estou aqui, mais uma vez, não para discutir ou questionar a chamada cartilha, mas, na verdade, um panfleto – que a Luana está ajudando a distribuir –, que informa principalmente a questão dos valores.

Visitei vários cemitérios da mesma concessionária, e os valores são diferentes, embora sejam da mesma categoria, questão que já foi debatida na outra audiência. Então, temos essa situação.

Outra questão é que, no panfleto, está escrito o seguinte: “Pergunte pelos pacotes”. Que pacotes? Acho que é preciso esclarecer melhor o que são esses pacotes, porque existe o pacote social, o pacote popular, o padrão. E eu já denunciei, para esta Comissão, que, no social, por exemplo, a família não pode velar o corpo, pois o caixão vem lacrado e, portanto, o corpo não pode ser preparado.

Também precisa estar bem claro nessa cartilha – e não nesse panfleto – que existem serviços que não são obrigatórios para a família contratar. Hoje, quando você vai ao Serviço Funerário, os vendedores oferecem jazigo e tanatopraxia, por exemplo, e isso não é obrigatório. Não se esclarece; encurrala-se a população e a obriga a comprar itens que não são necessários e não são obrigatórios.

Então, venho, mais uma vez, questionar esse material. Acho que precisamos discutir novamente a questão do porquê de apenas quatro cemitérios aceitarem o social. Por exemplo: a família está na região do Tremembé, e o velório vai acontecer em Perus. Quem conhece a distância sabe que é inviável. E muitas vezes é uma família sem condições, justamente porque

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

está no CadÚnico – quando ela consegue se inscrever –, está no social.

Temos toda essa questão que precisa ser discutida e que não é transparente. E reforço a fala tanto da Luana quanto da Priscila sobre as condições de trabalho e sobre quem fiscaliza, qual é, de fato, o papel da SP Regula e se os trabalhadores que estão ali têm ou não condições de realizar essa fiscalização.

Quem já foi ao Vila Formosa sabe o que está acontecendo: estão cobrando estacionamento. Perguntei para a empresa responsável se eles tinham colocado um estacionamento lá, e responderam que o estacionamento não era deles, mas da Prefeitura. Por isso, eu gostaria muito que a SP Regula nos esclarecesse essa questão do estacionamento, que não é barato.

O cemitério está um lixo. Não se consegue andar lá dentro de tanta sujeira. Gostaria muito de entender esse processo e também manifestar solidariedade com o sindicato, para que os trabalhadores da SP Regula nos procurem, para que possamos, juntos, proteger o trabalho deles, assim como defender a política pública e o direito...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Qual foi o cemitério que você citou?

A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA – O Cemitério Vila Formosa. Tenho até o canhoto. Pedi nota fiscal para que vocês pudessem verificar, porque, para quem conhece, o cemitério é muito grande. Muitas vezes, não dá para ir de uma quadra a outra a pé, sem contar a questão da acessibilidade e dos banheiros. Como a Luana mencionou sobre o Cachoeirinha, eu filmei um rapaz descendo de muleta, escorando-se em um colega, porque não há rua asfaltada; é terra para acessar aqueles jazigos verticais. Então, não há condição alguma.

A reforma já deveria ter começado desde 2023. Estamos em 2026, já se passaram três anos, e não houve reforma nem melhoria.

Para finalizar, aproveitando a presença do Vereador Dheison, quero reforçar que ele apresentou uma proposta de CPI. Gostaria muito que os Vereadores que compõem esta Comissão apoiassem e assinassem esse pedido de CPI. E Dheison, por favor, se puder reforçar esse pedido, eu agradeço. Estamos apoiando, porque é urgente.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

Também precisa haver CPI na área da saúde, por conta da questão do centro, que hoje virou norte, em razão do desvio de cem funcionários fantasmas, denunciado pelo CCM, e que simplesmente teve o contrato encerrado e transferido para outra região.

Então, CPI urgente: serviço funerário e saúde.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Sheila.

Gostaria de informar que todas as assessorias receberam a nova cartilha por meio da nossa assessoria.

Tem a palavra o Sr. Volner Ferreira.

O SR. VOLNER FERREIRA – Boa tarde a todos os presentes.

Um breve relato: no dia 19 de março, perdi minha irmã por causa de câncer. No dia 20, fui ao Araçá tratar do funeral. Chegando lá, encontrei preços absurdos. O caixão mais simples tinha um preço muito alto. Minha irmã foi funcionária do Serviço Funerário e, antigamente, antes da concessão para as empresas, o servidor do Serviço Funerário não pagava pelo caixão. Hoje se paga pelo caixão e por tudo.

E há outra questão: estão obrigando as famílias a levarem o corpo para uma clínica de tanatopraxia, assim como fizeram com a minha, dizendo que não é mais permitido enfeitar o corpo no velório. Só pela clínica de tanatopraxia chega-se a pagar, 1.500, 1.600 reais, e tem família que não vai ter condições de pagar esses valores. Então, você é obrigado a incluir esses serviços que eles te empurram. Antigamente eram agenciadores; hoje – como ela falou - são vendedores. Inclusive fiquei sabendo que esses vendedores ganham comissão sobre cada serviço vendido às famílias, o que eu acho que viola a lei.

Outra: fiscalização do SP Regula não existe. Ela foi sepultada no Cemitério do Araçá. Eu cheguei lá, a quadra próxima onde ela iria ser sepultada estava cheia de lixo, vários túmulos abandonados, sujeira para tudo quanto é lado. Também no Cemitério da Cachoeirinha, um desmando total, com mato muito alto que dá para esconder pessoas dentro. Após a privatização, todos os cemitérios, ao invés de melhorarem, pioraram a qualidade de serviço. O pessoal

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

contratado pelas concessionárias é ineficiente na sua maioria, não sabe trabalhar, não sabe tratar bem o público.

Está esse desmando total. Você é obrigado a contratar um serviço com eles. E se não fizer com eles, não faz com mais de ninguém. Então, quer dizer, é um desmonte total, além do preço absurdo, que meu cunhado não tinha, foi pego de surpresa com a situação e no final teve que desembolsar o que não tinha. Muitas vezes a pessoa até faz empréstimo bancário para poder sepultar seu ente querido. Então, acho que tem que ter mais fiscalização, e esta Comissão tem que controlar o que está acontecendo dentro do extinto Serviço Funerário. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Agradeço. Não há mais oradores inscritos.

Gostaria, agora, de passar a palavra aos representantes do SP Regula: João Manoel da Costa Neto, Diretor-Presidente da SP Regula; Gilson da Costa, Superintendente da SP Regula; e Danielle Cristina de Lima, Gerente de Serviços Funerários e Cemiteriais para as respostas. Temos 40 minutos para colocar todas as informações. Os Vereadores também gostariam de, rapidamente, formular suas perguntas para, em seguida, o Presidente já dar suas respostas. Seria melhor. Eu gostaria que as perguntas principalmente da população fossem respondidas.

- Manifestação longe do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Sra. Presidente, só queria ressaltar que nós estamos na terceira audiência pública e também que V.Exa., como Presidente, cumpriu aquilo que o Ministro Flávio Dino propôs.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Na verdade, ele propôs uma audiência, e nós abrimos exceção para duas.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Estamos na audiência, e nesta, com uma hora e meia já, há tempo e é bom escutar SP Regula; o João está aí.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Perfeito.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Mas também é importante e imprescindível que os Vereadores tenham tempo de falar, porque nós abrimos mão de todas as falas na audiência pública para que nesta, final, pudéssemos falar.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Perfeito.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Era só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Hoje é a última audiência pública. Então, vou dar espaço principalmente à equipe da SP Regula para que a gente possa esclarecer as dúvidas e chegar a uma condição para que essa cartilha seja realmente transformada e seja apresentada de forma clara e específica neste momento tão difícil. Eu, na semana passada, também passei por uma situação como essa. Tenho bastante dúvida, mas vou até abrir mão de várias perguntas e mandá-las ao Presidente. Mas eu gostaria de dar prioridade às dúvidas para que a gente possa, de imediato, encaminhar um texto para Brasília e poder fazer uma cartilha realmente transparente e clara. Muito obrigada. Por favor.

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os Vereadores presentes na figura da nossa Presidente, Vereadora Ely Teruel, a quem agradeço grandemente não só a oportunidade, mas a generosidade de esta Comissão transformar uma audiência pública em três oportunidades para podermos escutar a população e principalmente acolher as contribuições e as críticas, que também são bem-vindas para a construção de todas as políticas públicas. Agradeço por a Comissão ter triplicado a nossa oportunidade de evoluir em um tema que nos é muito caro - ainda que seja restrito ao tema central da audiência pública -, que é a cartilha.

A nossa expectativa, assim como foi a do Ministro Flávio Dino, é de justamente ter mais um canal de esclarecimento para a população para que, na contratação de um serviço em um momento de dor das famílias, se tenha objetivamente mais claro quais são as regras de contratação.

O que estamos trazendo à discussão é o aprimoramento da forma de se comunicar

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

com a população, mantendo o que foi colocado na concessão desse serviço público tão importante; uma concessão que, inclusive, manteve majoritariamente o que se praticava no Serviço Funerário para cá. Embora tenha sido dito, em algumas falas, que mudou, isso não ocorreu. Muito do que está majoritariamente colocado na concessão é o que acontecia no próprio Serviço Funerário, inclusive a política tarifária. Há que se lembrar que havia um *gap.* No Serviço Funerário Municipal havia cinco tabelas esparsas, muito complexas também de se entender. Isso foi consolidado em uma única, e algumas delas tinham déficit de atualização monetária, sem atualização por três anos, e o preço foi mantido na base.

Começa a ADPF levando uma informação ao Ministro do STF de que isso era controvertido, que não era verdade, que se havia aumentado os preços. E a gente está respondendo a uma ADPF, Vereadora Sandra, movimentando a máquina do judiciário, da nossa máxima Corte justamente em cima de informações que não batem. Quiseram dizer para o Ministro que houve aumento, que houve um monte de coisa. Nós até identificamos depois quem estava dizendo que os preços não batiam. Notificamos as pessoas a debaterem os preços. Até agora, não veio essa divergência de preços. Inclusive notificamos extrajudicialmente, tivemos duas respostas em que tergiversaram e não responderam.

O próprio Ministro determinou duas audiências também de conciliação para fazermos o entendimento das tabelas. Nós fomos lá, Vereadora Simone, de peito aberto, com todas as tabelas: as anteriores do Serviço Funerário e as atuais, juntando as cinco e trazendo para a atual da concessão para explicar que os valores batem, são os mesmos. Estava lá a parte autora da ação e os demais que contribuem com a parte autora. Ninguém conseguiu dizer ou apontar que na sua tabela, efetivamente, os preços aumentaram. E assim foi acontecendo com uma série de outras questões.

Não vamos também dizer que não existem problemas ou que não houve casos que foram levados à própria ADPF que não ocorreram na prestação de serviço. Sim, existiram falhas na prestação de serviço. E todos aqueles que foram trazidos para a agência reguladora no formato de denúncia, com as bases de dados para que a gente pudesse apurar, foram apurados.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

E foram gerados centenas de autos de infrações que foram colocados às concessionárias, que inclusive também o Ministro tem pedido reiteradamente.

Temos evoluído ao longo do tempo. Auto de infração vira ou não multa. É facultado o contraditório em todas as instâncias às concessionárias; e aqueles transitados em julgado, o município vai cobrar a multa da concessionária, sim, em cima daqueles fatos que são denunciados. Teve um colega que veio aqui, fez a denúncia para Vereadora, e eu achei muito interessante que a Vereadora cobrou que essa denúncia seja formalizada, Vereadora Sandra. Tenho certeza de que a Comissão encaminhará à agência e nós vamos ter o maior rigor na apuração e na fiscalização desses fatos. E havendo procedência, tendo ocorrido falha no serviço, é o papel da agência reguladora, que é reguladora e fiscalizadora, aplicar autuação nas concessionárias, e está tudo bem. Vamos continuar com rigor aplicando essas medidas.

Então, nas falas o que vemos, além da questão do objeto, da cartilha, muitas denúncias. Eu reitero, como disse a Vereadora, que se faça também pelo canal de denúncia da agência, para que a gente possa apurar. Podemos esclarecer, sem nenhum problema, várias das dúvidas que foram colocadas, começando pelas do Glauco, sobre as cobranças abusivas e as dificuldades do acesso à gratuidade.

O Glauco é um assessor combativo do gabinete do Vereador Hélio. Já esteve conosco em várias oportunidades, trouxe casos de denúncias que foram apuradas e resultaram em autuação**.** E, de fato, a agência também evoluiu aí com relação ao esclarecimento do acesso da gratuidade e, se houver mais contribuições, podemos nos sentar novamente com o gabinete do Vereador para avançar nisso.

A gratuidade, também falaram não só por ele, mas por outras pessoas, é restrita aos quatro cemitérios. Precisamos lembrar que, antes da concessão, eram três cemitérios. Então já há um incremento de aumento de mais um cemitério no formato da concessão. É maior do que era anteriormente, e isso ninguém se lembra. Temos as questões técnicas também de aplicação da gratuidade nos cemitérios; e na modelagem contratual, na proposta da concessão, que passou pelo Tribunal de Contas, que foi discutido amplamente aqui nesta Casa, sempre foram

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

propostos esses quatro cemitérios, que têm uma distribuição geográfica, sim, para atender geograficamente toda a população.

E recentemente eu não estive na primeira nem na segunda audiência pública, justifiquei porque estava no período de férias e de licença no meu cargo e me substituiu o nosso Diretor Cláudio, mas acompanhei de forma remota principalmente a primeira e troquei até uma figurinha com a Vereadora depois da audiência.

Na segunda, houve essa questão do deslocamento das famílias, que eu comentei com a Danielle que poderíamos discutir, eventualmente, com a Administração algum transporte. E não para a minha surpresa, eu acho que esta Casa é plural e os ouvidos também são muito atentos, chegou para nós um PL do Vereador Sidney Cruz propondo que haja transporte gratuito, pela Secretaria de Transporte, para as famílias terem acesso ao sepultamento, para gratuidade, quando houver uma distância.

Eu achei o PL muito bem estruturado, uma ideia magnífica, que terá o nosso apoio e manifestação do Executivo quando for consultado. E veja, já temos uma alternativa para poder avançar nesse sentido.

Com relação ao que falou o Glauco que o Ministro reconhece baixa a capacidade de fiscalização da Regula, não é verdade. O Ministro questiona a capacidade de fiscalização. E temos evoluído bastante, principalmente no final de 2025 e começo de 2026, com o avançar da chamada do concurso público da categoria dos fiscais de serviço público, nós aumentamos bastante. Aliás, zeramos agora a última chamada do concurso de todos aqueles fiscais. Temos já um processo SEI autuado para estudos para um segundo concurso público, para que possamos ampliar ainda mais.

No último dia 22, a SP Regula ampliou também o seu espaço físico no Edifício 425, onde nós tínhamos um andar, o 13º, e inauguramos mais dois andares, para poder acomodar todos esses servidores, a fim de trabalharem com qualidade, com dignidade, porque nós prezamos muito por isso também.

O pessoal falou do Sindicato, falou do diálogo, eu também sou servidor de carreira,

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

sou do Governo do Estado, eu sempre lembro isso. Então, eu quero também corresponder com os nossos servidores de que se tenha colocado tudo aquilo que é o direito do servidor à sua disposição, e estamos muito atentos a isso.

Com relação ao material ser uma cartilha ou um panfleto, eu não vou entrar nesse mérito, mas me parece que o pessoal distribuiu a versão da primeira cartilha; e nós já evoluímos, já temos uma versão atualizada com as duas audiências e, com certeza, nesta terceira somaremos as contribuições.

Estou pedindo para verificar também a taxa do empreiteiro, que o nosso colega Gilmar Nunes falou. Soa estranho esses 1.097, nós ficaremos atentos para revisar isso. Também com relação aos cemitérios, que também foi muito falado, quero lembrar que o primeiro cemitério entregue reformado é o da Quarta Parada.

Então, se alguém quer ter um contraste do que era o cemitério anterior do atual, no que diz respeito à gestão cemiterial, separando o que é gestão de jazigo de cemitério, o Quarta Parada está para mostrar muito bem o que aconteceu, como é o novo padrão de reforma dos cemitérios.

Nós estamos avançando na aprovação dos projetos dos demais, está dentro do prazo da concessão ainda o investimento, a reforma dos demais cemitérios. Fizemos recentemente um investimento muito bacana, Vereadora Sandra, no Crematório da Vila Alpina. Está aqui a Concessionária Avelar, eu estive lá inaugurando no último dia 22 também. É um espaço que era o subsolo do *hall* do Crematório da Vila Alpina, que servia para depósito de inservíveis, uma área até insalubre, que eu recebi o antes e o depois, quando era a gestão do Serviço Funerário; e foi totalmente transformada num espaço receptivo com cinco salas de cerimoniais para velório maravilhosas, que vão estar à disposição da população, a preço da tabela do Serviço Funerário. Então, eu tenho certeza que os 21 cemitérios avançarão no mesmo padrão, dentro do prazo contratual que foi proposto na concessão, e nós chegaremos lá.

Temos também que ressaltar que, além da fiscalização ordinária que exercemos, dos cemitérios, da prestação dos serviços, nós temos dois momentos especiais durante o ano em

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

que intensificamos essa fiscalização: no Dia das Mães e no Dia de Finados. Então, como é feita essa preparação para esses dois dias? Nós fazemos uma fiscalização prévia, apontando os pontos controversos para a concessionária, onde precisa melhorar o serviço, onde tem que ter atenção, onde eventualmente tenha mato, tenha lixo e tudo mais.

Depois, nós fazemos uma segunda rodada de fiscalização prévia à data; aí sim, fazendo a fiscalização e constatando alguns autos de infração. E fazemos inclusive um plantão no próprio Dia das Mães e no Dia de Finados, com a participação dos fiscais investidos na carreira. Então veja, nós temos funcionário de fiscalização até no feriado, e ainda tem gente que diz que que não estamos fiscalizando.

Eu acompanhei durante todo o domingo as imagens da fiscalização, que me pareceu regular em todas as imagens que recebemos. Houve também identificação de algumas questões de fachada, de sujeira, e foram lavrados autos de infração e, com certeza, terão o seu processamento correto.

Nós reconhecemos que a concessão veio com essa perspectiva de ter o investimento e fazer a reforma dos cemitérios, um patrimônio que veio também de décadas degradado pela gestão pública desses cemitérios. O próprio Prefeito lembra muito isso, quando se fala de concessão do Serviço Funerário; que, por anos, foi o pior serviço público avaliado pelo Portal 156. Esse é um dos motivos que levaram à reflexão e levaram à concessão.

E a concessão muda o serviço do dia para a noite? Não. Nós fomos aqui convocados para outra agência pública com 15 dias da concessão, que tinha problema de todas as ordens, que a culpa era da concessão. E tinha só 15 dias da concessão. Mas nós viemos para responder o que é o projeto da concessão.

E hoje, muito tranquilamente hoje, estamos aqui, depois já de três anos passados, aproximadamente, do início da concessão, já com avanços, com mudanças, no serviço, com melhorias no atendimento. Vale lembrar que nós tínhamos 13 agências funerárias públicas no começo da concessão, e hoje são 40 locais em que se atende a população.

Quando se fala de acesso, temos que lembrar disso também, porque se coloca de

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

forma crítica alguns casos isolados que podem ser falhas mesmo e que têm que ser trazidos para fiscalizarmos. Mas também tem que se lembrar o que nós ampliamos: de 13 locais que a população tinha, hoje são 40 agências funerárias, e serão todos os cemitérios reformados e serão quatro crematórios.

Então, toda essa melhoria, que foi proposta pela concessão, vem acontecendo e nós estamos com muita tranquilidade para responder nesta audiência, na ADPF, ao Ministro. Já fomos em três oportunidades, presencialmente, a Brasília; duas em São Paulo, sendo uma *on-line*, uma presencial, e não temos problema nenhum.

Temos convicção que, ao final, a ADPF estará esclarecida e de que não houve nenhum descumprimento de preceito fundamental da Constituição Federal, e seguimos confiantes de que a concessão veio para melhorar o serviço público, para trazer mais dignidade, principalmente no sepultamento das famílias paulistanas.

Eu tenho certeza de que teremos muita evolução na discussão com relação a essa cartilha. Essa é a terceira versão que nós trazemos e que nos orgulha, porque conta com a colaboração deste Legislativo, da população como um todo, e as contribuições desta terceira audiência serão somadas, sem prejuízo nenhum para que essa cartilha evolua de acordo com o tempo.

Ninguém aqui é absolutista em dizer que vamos fechar aqui uma cartilha e, durante os próximos vinte e poucos anos da concessão, vai continuar a mesma cartilha. Pode ser que precise alterar.

Nós temos aplicado até aqui muito do que a legislação é estabelecida para Serviço Funerário antes da concessão. As concessionárias seguem essa legislação. E a legislação evolui. Pode ser que, daqui a pouco, o PL do Vereador Sidney Cruz seja aprovado e crie o direito ao transporte das pessoas para se locomover para o velório. E por que não rever e colocar esse tema na cartilha?

É dessa forma, republicanamente, que nós participamos desta audiência pública. Quero agradecer o espaço à Vereadora, e seguimos à disposição para esclarecer.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu gostaria de agradecer. O senhor conseguiu responder todas as perguntas. Inclusive eu agradeço porque o senhor entrou em detalhes também sobre a concessão e sobre as melhorias que a nossa cidade vem estabelecendo.

Agora também é muito importante, ao virmos para uma audiência pública, entendermos que, quando o senhor tinha 15 dias de concessão, foi feita uma audiência, e obviamente havia grandes problemas. E sabemos o quanto todo o processo – não só na funerária como também nos próprios terminais de ônibus que estão sendo desenvolvidos – leva um tempo para ser melhorado a cada dia. Concordamos com isso. Mas também entendemos que a partir do momento que esta Comissão se abre para a fala, para o munícipe, para o presidente da SP Regula e para os Vereadores, temos apenas que chegar a um comum acordo para uma modificação, não só da limpeza, não só da cartilha, não só de todo o processo, mas da qualidade mesmo.

Eu me lembro que, antes da concessão, já Vereadora, passei uma dificuldade. Fui embora de um velório porque fiquei com medo da qualidade do caixão. E vemos isso nitidamente.

Semana passada eu estive em dois cemitérios, passando, infelizmente, por uma situação de perda, e vemos que há opções. E na nossa reunião, João, eu entendo que nós precisamos pontuar, na cartilha, grandes coisas que podem ser muito mais práticas e transparentes aos olhos da população mais simples e vulnerável.

Semana passada, tive o conhecimento de uma pessoa superbem instruída, advogado, passar por determinada situação porque não estava claro. E se tem que estar claro, nós vamos cobrar. Nós, Vereadores, temos que fiscalizar. E é por isso que eu tenho uma dúvida e eu gostaria de tirar.

Eu estava observando a Tabela B-2. E está pendente, não temos essa informação a respeito de traslado. Ao mudar de município, por exemplo, sabemos que há uma taxa de R$ 3,59 por quilômetro que, obviamente, naturalmente, tem que haver. Mas eu queria saber, por que não está escrito na tabela qual a quilometragem, cobre até quantos quilômetros, se nós temos quatro

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

cemitérios?

No caso da minha amiga, que infelizmente faleceu na semana passada – enterramos no domingo –, a família queria colocar em um cemitério. E, infelizmente, pela distância, ela teve que ir para o social porque não havia vaga, teria que ir para outro. E dentro da cidade. Isso aconteceu realmente e ela acabou optando por pagar uma taxa de três mil e poucos reais – porque ela acabou fazendo o social. E nós ficamos também com essa dúvida.

Na cartilha ou no próprio panfleto, dentro do estabelecimento, para aquelas pessoas que moram em São Paulo, mas que outro familiar está enterrado em outro cemitério, qual é a quilometragem para que ela possa estar isenta disso? Eu acredito que nos quatro cemitérios, correto? Mas, quando vai para fora, até quanto cobra por quilometragem? Isso já existe na Tabela B-2. Esta é uma das minhas perguntas.

Eu tenho várias perguntas, mas eu vou enviar por escrito à SP Regula.

A SRA. PASTORA SANDRA ALVES – Querida presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Pois não, Vereadora Sandra.

A SRA. PASTORA SANDRA ALVES – Quanto por km?

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Três reais e cinquenta e nove centavos, fora do município.

Eu gostaria de abrir a palavra às perguntas dos Vereadores, porque temos apenas 25 minutos.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Pois não, Vereador Hélio.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Presidente, eu queria ressaltar a importância das audiências públicas. Esta é a terceira que estamos fazendo na Comissão de Saúde sobre a construção da cartilha.

Quero saudar a presença dos representantes da SP Regula, em especial do nosso Diretor-Presidente João Manoel, que pude conhecer há três anos nessa concessão, quando ingressei como Vereador. Já nos encontramos em diversos locais: Tribunal de Contas, Supremo

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

Tribunal Federal e nesta audiência pública.

Mas falando francamente, eu sinto ainda muito desconforto na construção dessa cartilha. Ela precisaria ter muito mais participação para que pudéssemos sanar todas as dúvidas. E acho que há muitas dúvidas porque é uma concessão de um serviço bastante complexo da cidade. É um serviço que eu reconheço que evidentemente tem muita particularidade.

Sabemos que a gestão defende essas concessões. Vemos que a concessão da Sabesp foi desta Casa, apesar de a Sabesp ser uma empresa do estado de São Paulo. Mas a alteração que nós fizemos aqui levou à privatização da Sabesp. E a concessão do Serviço Funerário tem bastante questionamento.

Eu fiz um projeto de lei na Casa – porque estamos com vários problemas... Lógico, eu não vou querer entrar na discussão ideológica, que somos contra, blá-blá-blá, que o Serviço Funerário não pode ser o que foi destinado. Mas, quanto à questão dos sepultamentos gratuitos, eu fiz um projeto de lei e estou tentando dialogar com o governo. E queria que o senhor tomasse ciência dele.

É o seguinte: na concessão do Serviço Funerário, houve três dispositivos muito claros das outorgas – que o senhor sabe – de retorno para o munícipe, em caso de serviços prestados pela concessionária e por não atendimento.

Eu vou falar da outorga variável, que é trimestral, de 4%, que está no contrato de concessão, do faturamento bruto. Eu vou falar da receita anual, que é de 5 a 10% do valor bruto, e a qual é oriunda de exploração de serviços complementares – venda de coroas, tanatopraxia, *etc.* e tal. E também daquele adicional de desempenho: que, caso as concessionárias não atingissem, tinha que voltar um valor para o município.

Aonde eu quero chegar? É que no sepultamento gratuito – e já conversei com alguns representantes das concessionárias do Serviço Funerário, que também têm problema nessa matéria –, nós temos um problema de as pessoas, nos CRAS, conseguirem ter acesso ao CadÚnico. Esse não é um problema da concessão, é um problema da estrutura do município. Mas nós poderíamos avançar nisso.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

O projeto de lei que trata da gratuidade fala que a pessoa pode transcrever se ela tem condições ou não. E essas receitas adicionais do município poderiam ser usadas para o sepultamento gratuito, para que não tivéssemos esse transtorno na cidade. É um transtorno para as concessionárias e um transtorno para o munícipe. E nós não precisamos disso. Eu fiz esse projeto de lei.

Eu até já pedi requerimento de informação para saber como está isso. O Governo falou que não é possível, porque impacta na receita. Mas não impacta na receita, porque está na concessão. E que nós pudéssemos discutir isso.

Quero só fazer essa contribuição.

E falar o seguinte: acho que nós teríamos que discutir um pouco mais a cartilha. Não quero dizer que a nossa Presidente da Comissão de Saúde não se debruçou nesse caso e apresentou três audiências públicas, para que pudéssemos debater, mas acho que ainda falta um pouco mais. A dinâmica...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sugiro, Vereador, que nós possamos, entre nós, em vez de marcarmos... fazermos reuniões de trabalho sobre o tema.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Exatamente. Pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu estou super à disposição.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – E que nós pudéssemos, nessa questão mais delicada do projeto, do processo da concessão do Serviço Funerário, tratar a questão da gratuidade diferentemente, que não pode ser tratada com tanta burocracia, com o problema de acesso ao CadÚnico pelas pessoas, porque há recursos suficientes para sanarmos isso e fazermos encontros de caixas com relação a isso.

Eu quero salientar que V.Exa., como presidente da SP Regula, nunca se recusou a nos atender, mesmo havendo questões ásperas, e falando que nós somos extremamente contrários a essa concessão, porque ela é danosa para o munícipe, por tal, tal e tal.

Mais do que isso, eu quero elevar, quero saudar a posição do Ministro Flávio Dino, que trouxe esse tema, acho que ele afeta muito nessa questão, Presidente, mas muito

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

especificamente em muitas outras. Podemos falar assim, o detalhe em que a gente poderia avançar com relação ao serviço é a questão do sepultamento gratuito. E sem dizer que a gente poderia ter, sim, a proposta do nosso querido Vereador Dheison, uma CPI para a gente discutir com mais profundidade a questão dos cemitérios.

Obrigado. (Palmas)

O SR. DHEISON SILVA - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Pela ordem, Vereador Dheison.

O SR. DHEISON SILVA – Presidente, queria aqui dizer que concordo muito com a fala do Vereador Hélio Rodrigues. E dizer, João, você falou que antes da concessão era um serviço mal avaliado, e é verdade. A gente andando pela cidade sabia que era um serviço mal avaliado, o problema é que o que era ruim ficou pior, João. (Palmas) Pode ser que a realidade não bata à sua porta diariamente, como aqui, imagine, é comigo e com os outros Vereadores desta Casa. Porque você esperar três dias, quatro dias para enterrar um ente querido não é razoável, e isso acontece cotidianamente, em todos os cantos da cidade. Então isso não é uma exclusividade de um local ou outro da cidade de São Paulo. Não é razoável, em alguns casos, e foram matérias televisionadas e escritas pela imprensa, ter um aumento de 400% no custo. O nome disso, João, é indústria da morte. O que a cidade de São Paulo fez foi a indústria da morte.

João, eu estou com uma denúncia. Recentemente, no Hospital Grajaú funcionários dessas concessionárias ficam disputando – Vereadora Sandra Tadeu - o cadáver. Lá no Hospital Grajaú, na região do Grajaú, eles ficam disputando o cadáver. É disso que se trata, é uma indústria da morte, prometendo vantagem, prometendo... Ou seja, você criou uma rivalidade entre elas, em especial a Cortel São Paulo e a Consolare, que ficam disputando entre si. Ou seja, gente, é inadmissível. Esta Casa precisa abrir urgentemente a CPI dos Cemitérios. A CPI dos Cemitérios não é uma pauta da Esquerda, não é uma pauta da Direita, não é uma pauta da Oposição e da Situação. É uma pauta da cidade. Morrer em São Paulo ficou mais caro, morrer em São Paulo ficou mais difícil, porque as pessoas não conseguem simplesmente enterrar os seus entes queridos. A gente tem matérias do *SPTV* - e se você não teve conhecimento, João,

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

eu vou fazer questão de encaminhar ao seu gabinete - em que essas empresas estavam dificultando a gratuidade às pessoas com direito à gratuidade, dificultando. Foi televisionado, passou no *SPTV*. O que está acontecendo, na cidade de São Paulo, é inadmissível. Não adianta a gente tapar o sol com a peneira. Não adianta. E sabe por quê? Porque a gente tapou o sol com a peneira com a Sabesp, e a Sabesp agora matou gente na zona Norte de São Paulo; a gente tapou o sol com a peneira em várias outras concessões, como com a Enel, e olha só o que acontece toda vez que chove na cidade de São Paulo.

Queria dizer que o que está acontecendo nos cemitérios... O sangue que escorre nas mãos da Sabesp é culpa do Governador Tarcísio, e se a gente não tomar cuidado e não abrir esta CPI, esse sangue também vai estar nas nossas mãos, aqui, se não houver a CPI dos Cemitérios, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Vereador Dheison, eu respeito a sua fala, mas eu acho que aqui nós temos de tratar da cartilha e tratar de cemitério. Eu acho que, independentemente, ontem o senhor teve o direito de ir ao Plenário fazer toda a sua fala em relação às concessões. Eu acho que é importante. Nós estamos falando, mas eu acho que aqui a gente deve realmente respeitar, até porque a SP Regula está aqui. Independentemente da posição, o senhor fala de uma forma como se esta Comissão não tivesse respeito ao falar sobre essas pessoas que estão perdendo suas vidas. Então, até gostaria de pedir um minuto de silêncio a essa pessoa que perdeu, que é o Sr. Alex Sandro, que perdeu a sua vida aos 49 anos, nessa tragédia. Mas, independentemente, a todos os entes queridos dessas pessoas, que estão aqui buscando melhorias nos cemitérios e nas concessões. Mas eu gostaria que esta Comissão, que tem uma presidente, enquanto presidente, eu vou pedir para que a gente foque no assunto. Muito obrigada.

Não querendo fechar o diálogo para que a gente possa..., eu acho que nós temos que respeitar, sim, este momento, porque nós estamos falando de um tema que realmente entra no nosso coração E em respeito a essas vítimas**,** nós não podemos ficar falando de partido, de política, mas, sim, de alternativas que possamos construir.

O SR. DHEISON SILVA – Pela ordem.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - E quando o senhor diz sobre as questões...

Só um minutinho, deixa eu só concluir. Quando o senhor fala sobre a responsabilidade de três dias para um enterro, eu entendo. Porém, nós não podemos esquecer também que quem libera o corpo é o IML, não é a funerária.

O SR. DHEISON SILVA – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Pois não.

O SR. DHEISON SILVA – Primeiro, eu queria dizer, se eu fui inconveniente com V.Exa., muito pelo contrário, respeito muito a condição de V.Exa. aqui na Comissão. Eu acho que vocês mesmos falaram, o pedido era para ter uma audiência, nós estamos tendo três, e a oportunidade de aqui poder falar. E eu jamais quis ser desrespeitoso com V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) - Muito obrigada. Mais algum Vereador gostaria de falar? (Pausa) Sr. João, o senhor gostaria de concluir para que a gente possa encerrar?

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO - Vereadora, eu gostaria, sim, até em respeito aos que se manifestaram, Vereador Hélio, Vereador Dheison. Rapidamente quero colocar ao Vereador Hélio que a recíproca é verdadeira, que sempre foi muito oportuno poder contar com os seus contatos do gabinete. Reconheci aqui, na pessoa do Glauco, que também sempre foi muito diligente nesse ponto, que avançamos em inúmeros temas. Uma outra cartilha ficou muito bacana, está disponível, foi a dos jardineiros e dos empreiteiros, que tiveram grande participação com diálogo em seu gabinete para aquela construção, que hoje vigora de uma forma muito perene. Então, é importante sempre recebermos a todos e dialogarmos.

Sem nenhum problema, por exemplo, duas vezes que a gente foi a Brasília, fomos juntos. Por que não estarmos próximos no avião? Na antessala podermos dialogar, podermos entender qual que é a divergência de ponto de vista, até para podermos chegar a um diálogo mais aprofundado com o representante do Judiciário ou, às vezes, com o representante do Executivo. Eu acho que essa forma republicana de lidar é importante em qualquer cenário.

E com relação ao projeto de lei que V.Exa. apresentou, que tramita nesta Casa, a gente também vai ter todo o respeito e atenção em estudar, em poder responder. Eu vou até pedir à minha equipe, e em tendo dúvida daquilo que está proposto, que procure pessoalmente para tentar entender. Às vezes, lendo a letra fria do que se propõe, a gente não compreende, mas é tentar enxergar onde o Vereador está querendo chegar. E ter na Casa 55 Vereadores,

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

são 55 pontos de vista diferentes, e a representatividade plena de 12,5 milhões de pessoas. Então, ninguém é dono da razão ao não entender isso.

E quando a gente fala, em um primeiro momento, com relação a essa parte de outorga variável, receita anual, adicional de desempenho, eu preciso lembrar que as concessões são antecedidas pelo que a gente chama de modelagem econômica desses contratos. Então, é um trabalho muito técnico, em que se está olhando para a política pública estatal como ela é desenvolvida, o que se pretende colocar de melhorias na concessão do serviço público, quanto é o custo a ser investido, e, logicamente, se há margem de retorno ao privado. Isso está lá na lei da concessão para todo mundo, já há muitos anos. Então, ninguém aqui está dizendo que se concede um serviço que não tem margem de lucratividade ao privado. Tem, lá está disposto. Assim como tem também - além de tudo isso que se propôs, a melhoria dos serviços, investimentos, a lucratividade privada -, retorno de receita que comporá a receita do Município para outras situações.

Nós estamos aqui numa Comissão de Saúde, não quer dizer que esse dinheiro entrando no cofre do município não possa ser investido também em saúde, em educação, em outras vias. E, aí, quando se propõe uma modificação, a gente vai atacar aquilo que foi a modelagem econômica do contrato, a prévia do contrato. Então, temos de sentar à mesa e entender o porquê, o que tem de ser colocado. A questão do CadÚnico, a gente respeitou, na concessão, o que estava colocado na legislação do CadÚnico. Esta é uma Casa de leis, então também nessas propostas, é tentar refletir sobre o acesso ao CadÚnico, e, aliás, tentar propor para os colegas Parlamentares, a nível federal também, talvez, rever o CadÚnico, rever a política social estrutural a nível de país, a nível de estado, o porquê da dificuldade ao acesso da política social aos mais vulneráveis e, aí, provocar a discussão em outro cenário. Então, a gente tem convicção de que respeitamos aqui toda legislação posta no CadÚnico, até o momento.

Tem também a questão do boleto, que foi falada anteriormente. Eu, aqui, nesta Casa, já fui mal interpretado com relação ao boleto. Não vou aqui fazer polêmica. Voltou aqui o assunto boleto nessas audiências públicas, e tomamos nota. Já provocamos, inclusive, a SMADS por processo, para discutir esse tempo de acesso, se o tempo do boleto está válido e nós pudermos ir evoluindo isso. Mas a política de gratuidade foi também parte dessa modelagem do contrato, que não é só uma questão econômica, como eu disse, é do atendimento da política pública, e

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

ela atende à legislação atual.

E, se nós avançarmos na legislação, tenha certeza, nobre Vereador, que nós poderemos incrementar e melhor atender a população.

Logo, foi utilizado um termo por V.Exa., que talvez seja um transtorno para a população. Nós trabalhamos para que nunca o seja, deve ser bem atendido, e não é um transtorno de forma alguma para a concessão, porque se veio até a municipalidade, disputou uma licitação e assinou um contrato, não é para haver transtorno, mas para prestar o serviço público, o atendimento à população, e o trabalho da Agência é fiscalizar e fazer com que isso aconteça. Então, não é transtorno para o concessionário atender a gratuidade.

Aliás, a gratuidade é um outro ponto que eu tenho que lembrar. Nesse ponto do PL que V.Exa. coloca, há margem para mais e para menos. Se houver desempenho menor, nós cobraremos; se houver desempenho maior também, ninguém vai fazer de graça, acessarão também o município. Mas é preciso lembrar que, dentro das duas margens, quem está pagando a conta da gratuidade é a concessão.

A concessão, que era um encargo para o cofre público do município, não é mais. No modelo de concessão, o que suporta hoje a gratuidade é o contrato de concessão. E o Ministro Flávio Dino nos pede os dados, desde o começo da ADPF, de como se comporta. E a concessão tem ampliado o acesso à gratuidade, e a Câmara deve pedir também, de modo que responderemos ao longo de todo o contrato.

E, se acontecer para mais, vai ser equilibrado, porque o contrato tem essa margem. E o mais importante é lembrar que o que suporta hoje a gratuidade dos serviços é a inteligência econômica do contrato de concessão, desonerando o município e possibilitando à Prefeitura investir em outras questões. Isso é muito importante ser colocado. Pode ser que nós evoluamos na discussão do projeto do senhor e possamos incrementar ou não, e, portanto, teria que mexer nessa ordem econômica, mas é um avanço muito grande.

Lembrar também, com relação aos cemitérios, que desde janeiro de 2024, nobre Vereador Fabio Riva, nenhum cidadão paulistano é enterrado mais em terra, em cova rasa. A

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

partir de janeiro, sempre em gavetas, o que traz um incremento ambiental muito grande, de cuidado com a cidade. O pessoal está ali dizendo, conforme a nobre Vereadora lembrou, das urnas, por exemplo. A Concessão também definiu o parâmetro técnico para a urna. Existe parâmetro técnico para construção de urna, há licenciamento ambiental que, na reforma, as concessionárias vão perseguir, junto à legislação, como se particular fosse. Logo, há muita transparência e muita técnica dentro dos contratos, e as melhorias que são colocadas devem ser respeitadas.

Respeito também a fala do nobre Vereador Dheison Silva, e discordo que tenha ficado pior do que anteriormente. Não, o próprio número 156 já não reflete o pior serviço público. Então, creio que é o Sr. Prefeito, que coloca que era o pior serviço avaliado pelo 156. Já não é mais.

Portanto, considero um termômetro importante o que é colocado e, por isso, ouso discordar da sua fala. Lembrou bem à nobre Vereadora que há o prazo do Instituto Médico Legal, IML, que às vezes atrasa os cemitérios, mas nós temos perseguido muito as concessionárias para atender aos prazos razoáveis, que também são colocados no contrato de concessão.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Vamos respeitar o orador.

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – Há o limite de prazo de atendimento e sepultamento dos corpos e, quando isso deixa de ocorrer e é trazida a denúncia, ou nós conseguimos colocar e filtrar na fiscalização, nós conseguimos também autuar as concessionárias. Quanto às disputas em hospitais: as concessionárias são proibidas de fazer isso. Se o fizerem e forem flagradas, serão autuadas. Nós estamos fiscalizando. Há também a questão...

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu gostaria... A população já teve o direito de se inscrever e fazer a fala, agora deixe-o esclarecer para que nós finalizemos. Senhora, deixe-o esclarecer.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Claro, é por isso que o 156, hoje, como o nosso Sr. Presidente acabou de dizer, não é mais o primeiro a apresentar todo esse processo. Agora eu vou deixar, por favor, que o Sr. João Manoel da Costa Neto, por favor, finalize.

Registro a presença do nosso Líder de Governo, o nobre Vereador Fabio Riva, nesta Casa Legislativa.

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – A SP Regula não só fiscaliza, como regula também nesse aspecto. Nós criamos a obrigação de os hospitais fornecerem a informação ao familiar que está cuidando dos trâmites dos corpos, e esses informativos são enviados no momento em que esse familiar é informado no sistema. Na sequência, o familiar recebe as informações de contratação no seu celular ou no seu *e-mail* para que existam mais esclarecimentos.

Há, ainda, conforme eu falava antes, ao subir por meio do elevador com a nobre Vereadora, também há a questão dos profissionais, que são das assistências funerárias. Alguns chamam de outro nome, mas não vou entrar em polêmica com relação a isso. Ou atravessadores, como dizem, que são as pessoas que intermediam...

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Os intermediários.

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – Os intermediários, isso. É uma questão complexa, da qual se utilizam aí da prestação de serviço de assistência funerária, conforme previsto no Código de Serviço do Município. É legal. Nós não podemos proibir, mas estamos atentos com relação a isso, pois é um tema que já tinha atuação grande dessas pessoas antes da concessão. Continua tendo e nós regulamos nesse sentido. Então a contratação dos serviços funerários, embora tenha uma assistência, deve estar o familiar presente.

Nós também obrigamos agora que a concessionária, tendo assistência funerária, é preciso que se dê a nota fiscal na mão da pessoa. Então se o intermediário cobrou a mais da pessoa, vai saber quanto pagou no final da contratação do Serviço Funerário. Logo, nós também estamos atentos a esse tema. O Vereador citou aqui o hospital em que está ocorrendo isso. Nós

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

vamos pedir para a fiscalização ficar mais atenta. Vamos tentar também falar com o gestor desse hospital, para que sejam coibidas essas práticas. Não é só em hospital público que acontece. Nessa regra de obrigação de o hospital informar, multamos inclusive já hospitais privados, de grandes redes, nobres Vereadores. Já foram multados por, no começo não cumprirem essa regra da informação, e nós precisamos que isso seja trazido como uma denúncia formalmente colocada para a SP Regula, para que consigamos atuar, constatar, e multar quem estiver descumprindo aí a regra.

Por fim, gostaria de agradecer finalizando aqui essas oportunidades. Fico à disposição também dos Vereadores para receber outros *inputs*, outras sugestões, e que a cartilha seja dessa forma, se houver necessidade, ao longo do tempo, de ela ser atualizada, ser aprimorada, que nós possamos fazer ao longo do tempo.

E nós temos, com relação a transporte funerário, prazo para sepultamento, tanatopraxia opcional, o uso da capela, esclarecimento dos jardineiros, colocando que foram as contribuições que renderam a partir dessas três audiências públicas e que foram somadas à nossa cartilha.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Gostaria de agradecer. Estou muito satisfeita. Acho que a nossa missão realmente de três audiências públicas que se trata desse assunto que, independentemente de nós estarmos aqui tendo ou não, falando ou não sobre perdas, eu sempre abrirei esta comissão e sempre abrirei espaço para que nós melhoremos cada vez mais principalmente essa situação. É um momento em que todos nós, para além de classe social, de cor, de raça, iremos realmente passar por tudo isso.

Então, gostaria de agradecer a cada munícipe que teve a oportunidade de falar, de nós podermos ouvir e esclarecer a SP Regula. Gostaria de agradecer aos Srs. João Manoel da Costa Neto e Gilson da Costa, Diretor-Presidente da SP Regula e Superintendente de Fiscalização, respectivamente. Também, agradeço à Sra. Danielle Cristina de Lima, Gerente de Serviços Funerários e Cemiteriais. Além disso, agradeço a cada Vereador que participou. Acho

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.

autuado por Adriano Silva Oliveira de Jesus em 21/05/2026 14:48:38.

que nós precisamos realmente...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Eu já vou encerrar. O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Pela ordem, Sra. Presidente.

Só quero deixar um relato pessoal da disposição que a Presidência teve durante essas três audiências, que os Vereadores desta Comissão e quem esteve aqui participando teve a sensibilidade de escutar a população, independentemente das posições políticas. Sem dúvida. Eu só quero deixar registrado isso pela condução que V.Exa. teve nesse processo tão delicado para a cidade, mas poder escutar os munícipes. Porque eu acho que esse é o grande objetivo de uma audiência pública, é escutar as pessoas. Parabéns, Sra. Presidente. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, nobre Vereador. E gostaria, então, de encerrar.

Declaro realizada esta audiência pública e estão encerrados os nossos trabalhos. Que Deus nos abençoe. Falei em fazer um minuto de silêncio ao Sr. Alex Sandro Fernandes Nunes, vítima daquela terrível explosão que deixou três feridos e afetou pelo menos 46 imóveis ali no Jaguaré. Então, em nome de todos os familiares, não só das pessoas que têm realmente perdido alguém tão especial, eu gostaria de fazer um minuto de silêncio. Um minuto de silêncio às vítimas, por gentileza.

- Minuto de silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada a todos. Que Deus nos abençoe. Uma ótima tarde.

Matéria AUD 209/2026. Documento assinado digitalmente por ADRIANO SILVA OLIVEIRA DE JESUS em 21/05/2026 e juntado ao REQCOM SAUDE 10/2026 por Adriano Silva Oliveira de Jesus. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=737523.